



Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001759/2023-61

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Gestão e Governo Digital

**UNIDADE:** Arquivo Público do Estado

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso ao documento encaminhado a consultoria jurídica, referente a publicação no D.O que trata dos protocolos citados. Demanda não atendida. Provimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00305/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Arquivo Público do Estado, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão negou o acesso ao documento solicitado e fundamentou sua decisão no artigo 7º, parágrafo 3º, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Insatisfeito, o cidadão apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar, o órgão prestou esclarecimentos adicionais ao que foi pedido pelo solicitante, sem, todavia, disponibilizar o documento específico objeto do presente recurso, tendo informado o que segue: "Os votos dos protocolos decididos ([REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]) foram registrados no sistema SIC.SP em 28.08.2023; as diligências requeridas foram produzidas em 29.08.2023, assinadas em 01.09.2023 e remetidas por sistema eletrônico no dia 04.09.2023. Isto posto, e dado o prazo decorrido, há que se argumentar pelo prejuízo do recurso em face da entrega das decisões em si."
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o órgão não disponibilizou a informação requerida, bem como não indicou as razões de fato ou de direito para tanto ou comunicou que não possui a informação, conforme determina a legislação vigente.
5. Assim, em que pese as informações disponibilizadas sobre protocolos decididos e diligências requeridas, constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação - não sendo apresentada, por consequência, a adequada fundamentação para eventual negativa de atendimento do pedido em apreço - **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
6. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 10 (dez) dias**, a cópia do expediente enviado para a consultoria jurídica, tarjando apenas as informações protegidas por hipótese legal de sigilo ou pessoais que possam desrespeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, bem como liberdades e garanti as individuais, nos termos dos artigos 22 e 31 da Lei nº 12.527/2011, respectivamente.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 11/09/2023, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

